A nova classe ociosa e as liberdades individuais

Ives Gandra da Silva Martins

A nova classe ociosa perturba o exercício das liberdades individuais, principalmente no que diz respeito ao direito de a família ser constituída de acordo com os padrões que o casal desejar.

Hitler, quando determinou que as mulheres judias fossem esterilizadas, pretendia, por almejar conquistar o mundo, que, em duas gerações no máximo, os judeus desaparecessem da face da Terra pelo extermínio dos adultos e pelo impedimento de a futura geração vir à luz.

Maharastra, na Índia, é Estado que adotou severa legislação contra a liberdade de as famílias determinarem seu número de filhos, exigindo a lei, sob pena de sanções criminais, que toda mulher com mais de dois filhos aborte o terceiro.

Até há bem pouco tempo, os russos interferiam na liberdade de formação religiosa dos filhos, exigindo que os pais adotassem repressivos métodos de preparação dos futuros cidadãos soviéticos. A Constituição da Checoslováquia, por seu lado, na década de 1960, ao ofertar a liberdade de culto, esclarecia que a república socialista entendia ser forma antiquada e superada de exploração popular, de tal forma que os verdadeiros cidadãos não deveriam vincular-se a tais "superstições". Outros países socialistas, em que a classe ociosa domina sem limites, obstaculizam o acesso aos cargos públicos e à carreira política aos "contaminados" por tais crenças.

O próprio Banco Mundial financia projetos de controle da natalidade em países asiáticos, nos quais a tônica é a punição dos que não se submetem ao regime limitativo.

Certa vez, em um Seminário naquela instituição, a que fôramos convidados pelo governo americano, interpelamos a funcionária, encarregada de coordenar tais financiamentos, se teria coragem de sugerir ao povo americano tal cerceamento de liberdade ao direito de as famílias determinarem, de acordo com suas convicções, o número de filhos que desejassem, pergunta que a embaraçou sobremaneira.

A nova classe ociosa necessita, todavia, de controle absoluto das consciências para manter, permanentemente, seu domínio sobre a classe não ociosa. Como não consegue equacionar o problema da miséria nos países em desenvolvimento, em face dos desperdícios de recursos e da apropriação em causa própria, que faz da riqueza nacional, prefere exterminá-la pela retirada da liberdade dos insuficientes de definirem seu próprio destino. É bem verdade que a nova classe ociosa, ao aplicar, após a Segunda Guerra Mundial, não por imposição, mas por pressão dos meios de comunicação, sua teoria sobre o controle da natalidade, nos países desenvolvidos, conseguiu que houvesse uma acentuada queda de nascimentos na Europa, ao ponto de hoje todos os governos estarem preocupados com o que acontecerá com a França, Alemanha e outras nações dentro de duas gerações, caso se mantenha sua fertilidade decrescente.

Giscard D'Estaing, em seu livro ***La Democracie Française****, sugere que sociólogos, psicólogos, poltíticos, cientistas estudem a razão de ser da queda de natalidade na Europa. Simone Weiel, quando presidia o Parlamento Europeu, apelou para que os europeus, que tinham aprendido a produzir tudo, voltassem a produzir europeus.*

O mesmo fenômeno ocorrera, quando da decadência do Império Romano, mas Políbio, com intelectualismo menos elegante que D'Estaing, afirmava que as mulheres romanas tinham menos filhos porque os filhos davam trabalho e a evolução econômica aguçara-lhes a vontade de aproveitar a riqueza, sem compromissos. Entre gastar dinheiro com filhos e gastar "aproveitando" a vida, tinham as romanas optado pela segunda fórmula.

A nova classe ociosa, em verdade, necessita do domínio das consciências e, como tal consciência só existe nas famílias livres, é através do controle da natalidade e da pressão sobre aquelas menos abastadas, por ***slogans****, estímulos e desestímulos, que as desestrutura, substituindo os pais no direito de educar a prole.*

O combate à nova classe ociosa exige que esta liberdade das famílias seja intocável. Que se combata a miséria pela aplicação dos recursos fundamentais em previdência e assistência social e não pelo desvio, para manutenção de um estamento insuportável, injusto e desnecessário.

Um país em que a família não nasça livre e que os pais não possam determinar o que é bom para a prole, inclusive o seu direito superior de criar a vida, sem interferências ideológicas, é evidentemente um país de escravos. Que o combate à classe ociosa comece pelas famílias, para que sejam elas as senhoras dos seus filhos e não a nova classe ociosa.

Ives Gandra da Silva Martins **é professor Titular de Direito Econômico da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie e conselheiro da OAB, Seccional de São Paulo.**